



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

ISABELLY AGUILERA DE LIMA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE
À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA**

**Assis/SP
2021**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

ISABELLY AGUILERA DE LIMA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE
À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientanda: Isabelly Aguilera de Lima
Orientadora: Profª Me. Lenise Antunes Dias**

**Assis/SP
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

L732v LIMA, Isabelly Aguilera de
Violência doméstica e familiar contra a mulher / Isabelly Aguilera de Lima. – Assis, 2021.

57p.

Trabalho de conclusão do curso (Direito). – Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

Orientadora: Ms. Lenise Antunes Dias

1.Lei Maria da Penha 2.Violência-mulher 3.Violência doméstica

CDD 342.16252

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA

ISABELLY AGUILERA DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientadora: _____
Profª Me. Lenise Antunes Dias

Examinador: _____
Profª. Me. Maria Angélica Lacerda Marin

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por me conceder o dom da vida e permitir alcançar esse sonho. Sem Ele, nada seria possível, “porque Dele por Ele e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11:36).

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente e de maneira única aos meus pais, Marcelo e Sara, por sonharem comigo e me incentivarem durante todos esses anos. Agradeço por todo amor, cuidado, dedicação e, principalmente, por serem meu porto seguro. Esse mérito também é de vocês.

Agradeço à minha orientadora que é uma brilhante e exemplar mulher e professora. Agradeço por sua disposição e dedicação, transmitindo sempre a sabedoria e a atenção necessárias no desenvolvimento desta monografia.

Aos meus excelentes professores, reconheço a importância de todos os ensinamentos e agradeço por cada encontro que tivemos durante a minha formação.

Também, de forma especial, agradeço aos meus familiares, ao meu namorado Renan e aos meus amigos pois, mesmo que indiretamente, sempre me auxiliaram nesta caminhada fazendo-se presentes e constantemente acreditando em mim.

A todas as mulheres, porque o amor não rima com dor.

RESUMO

O presente trabalho monográfico visa explorar a violência doméstica à luz da Lei Maria da Penha. Este tema é absolutamente atual e relevante, uma vez que o Brasil continua sendo um dos campeões em violência doméstica contra a mulher. A Lei 11.340 foi sancionada no dia 07 de agosto de 2006 e teve como homenageada Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica por anos, que chegou a sofrer dupla tentativa de homicídio. Inicialmente, o estudo buscou contextualizar a Lei abordando a sua criação e o amparo jurídico que era oferecido às vítimas antes da promulgação da Lei 11.340/06. Em seguida, buscou conceituar violência doméstica com base em doutrinadores e adentrou em discussões acerca dos dispositivos elencados na lei, abordando as formas de violência constantes do art. 7º, ademais, trouxe dados atuais acerca do momento que estamos vivendo, pela pandemia do vírus COVID-19. Por fim, examinou o caráter das políticas públicas de implementação e assistência trazidas pela referida lei, bem como discorreu brevemente sobre as plataformas de denúncia e as instituições oferecidas pelo Poder Público para proteção das vítimas de violência doméstica. A técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo assim, foram realizadas leituras e análises críticas em doutrinas, artigos e legislações que se manifestam sobre o tema.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Mecanismos de proteção. Políticas Públicas. Violência contra mulher. Violência doméstica.

ABSTRACT

This monographic work aims to explore domestic violence in the light of the Maria da Penha Law. This theme is absolutely current and relevant since Brazil continues to be one of the champions in domestic violence against women. Law 11.340 was enacted on August 7, 2006 and was honored by Maria da Penha Maia Fernandes, a victim of domestic violence for years, who suffered a double attempt at murder. Initially, the study sought to contextualize the Law by addressing its creation and the legal support that was offered as accidental before the enactment of Law 11.340/06. Then, it sought to conceptualize domestic violence based on legal scholars and entered into applicable respect for the provisions listed in law, addressing the forms of violence contained in art. 7º, in addition, brought current data of the moment we are living, due to the COVID-19 virus pandemic. Finally, it examined the character of the public policies of implementation and assistance offered by the law as well as spoke about the reporting platforms and institutions offered by the Government for the protection of victims of domestic violence. The technique used was the bibliographical research, readings and critical analyzes were carried out in doctrines, articles and legislation that manifested themselves on the subject.

Keywords: Domestic violence. Maria da Penha Law. Protection mechanisms. Public policy. Violence against women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	Parágrafo
Art.	Artigo
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CC	Código Civil
CEDAW	Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher
CEJIL	Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional
CRFB 88	Constituição da República Federativa do Brasil
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLADEM	Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher
CP	Código Penal
CVM	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e/ou Convenção de Belém do Pará
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LMP	Lei Maria da Penha
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Nº	Número
OEA	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
SINARM	Sistema Nacional de Armas
SUS	Sistema Único de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONTEXTO E CRIAÇÃO DA LEI 11.340/06	14
1.1. MULHER COMO VÍTIMA DESDE OS TEMPOS REMOTOS.....	14
1.2. DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	16
1.3. O AMPARO JURÍDICO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA	16
1.4. MARCO HISTÓRICO: A LUTA DE MARIA DA PENHA	17
1.5. LEI MARIA DA PENHA OU LEI 11.340/06	21
1.5.1. OBJETIVO DA LEI	23
2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	24
2.1. CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	24
2.2. CARACTERIZAÇÃO E REQUISITOS IMPORTANTES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	25
2.2.1. AMBIENTE DOMÉSTICO.....	25
2.2.2. AMBIENTE FAMILIAR	26
2.2.3. RELAÇÕES DE AFETO	26
2.3. SUJEITOS: ATIVO E PASSIVO.....	26
2.4. DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	27
2.4.1. VIOLÊNCIA FÍSICA.....	28
2.4.2. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....	28
2.4.3. VIOLÊNCIA SEXUAL	29
2.4.4. VIOLÊNCIA PATRIMONIAL.....	31
2.4.5. VIOLÊNCIA MORAL	32
2.5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA PELA COVID-19	32
3. MECANISMOS DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO	35
3.1. DAS MEDIDAS DE URGÊNCIA.....	35
3.2. MEDIDAS PROTETIVAS QUE OBRIGAM O AGRESSOR	36
3.2.1. SUSPENSÃO DA POSSE OU RESTRIÇÃO DO PORTE DE ARMAS	37
3.2.2. AFASTAMENTO DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA	38

3.2.3. PROIBIÇÃO DE CONTATO E RESTRIÇÃO DE PRESENÇA EM DETERMINADOS LUGARES	39
3.2.4. RESTRIÇÃO OU SUSPENSÃO DE VISITAS AOS DEPENDENTES MENORES	40
3.2.5. PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS OU PROVISÓRIOS	40
3.2.6. COMPARECIMENTO DO AGRESSOR A PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO E REEDUCAÇÃO.....	41
3.2.7. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DO AGRESSOR.....	42
3.3. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À OFENDIDA	42
3.3.1. MEDIDAS PREVISTAS NO ART. 23 DA LEI 11.340/06	43
3.3.2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL.....	43
3.3.3. GARANTIA AO TRABALHO	45
3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU PAPEL NA EFETIVIDADE.....	46
3.5. MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO E A ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	47
3.6. COMO DENUNCIAR?	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A história não deixa dúvidas: a violência contra a mulher tem marcado a sociedade desde o princípio. É notório que a cultura patriarcal está inserida na sociedade brasileira cultivando sentimento de superioridade do homem em relação à mulher e mantendo mulheres submissas e à mercê da violência.

A CRFB 88 - Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada no ano de 1988, sendo esta a norma suprema de todo o ordenamento jurídico brasileiro. Nela, determina-se que todos os cidadãos devem ser tratados sem distinções e de forma igualitária. No entanto, o Brasil foi declarado um Estado violador dos Direitos Humanos por não ter um sistema competente de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

Diante disso, a fim de remediar a situação após a intervenção internacional, o Brasil inseriu no seu ordenamento jurídico a Lei nº 11.340/06, mais conhecida como LMP - Lei Maria da Penha. O grande propósito da lei, conforme seu art. 2º, é garantir às mulheres "as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social" (BRASIL, 2006). A referida lei veio com o intuito de consagrar os esforços a fim de proteger efetivamente as vítimas de violência doméstica, dando mais celeridade ao processo investigatório e instituindo novos mecanismos e medidas inovadoras no combate à essa violência.

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica analisando os aspectos históricos e culturais da violência doméstica contra a mulher, abordar o contexto em que a Lei 11.340/06 foi criada, seus aspectos gerais e levantar dados acerca da situação atual de violência doméstica no Brasil. Dessa forma, busca analisar as medidas dispostas de enfrentamento e assistência as mulheres vítimas de violência doméstica.

Este trabalho será feito com base na legislação, em doutrinas e em artigos de especialistas no tema, como por exemplo, a Carta Magna, a Lei 11.340/06 e a obra "*A Lei Maria da Penha na justiça*" de Maria Berenice Dias.

Iniciamos esse trabalho com uma contextualização, abordando os aspectos históricos e culturais da violência doméstica e notando a ausência de uma tutela eficaz para as vítimas antes da promulgação da Lei 11.340/06. Ato sequente, discorreremos sobre o contexto da

criação e os objetivos da referida lei, relacionando à luta incessante percorrida por Maria da Penha.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda a conceituação de violência doméstica e os principais requisitos para sua caracterização. Este capítulo também trará à tona os sujeitos e as formas de violência contra a mulher, e na sequência, trará dados significativos do atual momento de pandemia pela Covid-19 e a intensificação no combate à violência.

Por fim, o quarto capítulo discorrerá acerca dos mecanismos que visam a proteção e a assistência às mulheres em situação de violência, entre elas, as medidas protetivas de urgência que obrigam ao agressor e as medidas protetivas de urgência à ofendida, além de determinar a implementação de uma série de políticas públicas com o intuito de dar efetividade às mesmas.

No último capítulo, temos as conclusões e as reflexões finais sobre os tópicos levantados ao longo da pesquisa e da produção do presente trabalho.

1. CONTEXTO E CRIAÇÃO DA LEI 11.340/06

1.1. MULHER COMO VÍTIMA DESDE OS TEMPOS REMOTOS

Para iniciar, é necessário traçarmos um panorama de como tem sido a vida em sociedade desde os tempos remotos, numa tentativa de demonstrar que a violência contra a mulher não é novidade e desde os tempos mais distantes já se fazia presente.

Na história, através de alguns relatos, constata-se que o homem, em tempos primórdios, vivia próximo dos animais e com eles aprendia a lutar, a caçar e a perseguir, usando a força física como meio de sobrevivência.

Nesse período, não existiam leis, normas ou regulamentos, cada um seguia indistintamente seu destino. Assim, desenhos em antigas cavernas mostram homens primitivos, puxando suas mulheres pelos cabelos, fazendo assim valer o uso físico mais avantajado e forte.

Segundo Alambert (2004), um exame, mesmo que superficial, da história da mulher nos indica uma história de exclusão, invisibilidade, opressão e exploração, que perpassa todos os séculos, todas as idades e todos os países do mundo. Ao passo que também trata-se de uma história de resistência e lutas para eliminar preconceitos e discriminações, recuperar posições perdidas, garantir direitos, transformar a vida e alcançar seu pleno florescimento como ser humano, igual, autônomo e digno.

Nesse mesmo sentido, Dias (2018, p. 35) relata: “desde que o mundo é mundo humano, a mulher sempre foi discriminada, desprezada, humilhada, coisificada, objetivizada, monetarizada [...]”.

No que tange, a subordinação da mulher, Coulanges diz que:

A mulher, durante a sua infância depende de seu pai; durante a juventude, de seu marido; por morte do marido, de seus filhos; se não tem filhos, dos parentes próximos de seu marido; porque a mulher jamais deve governar-se à sua vontade. As leis greco-romanas dizem o mesmo. Enquanto moça está sujeita a seu pai; morto o pai, a seus irmãos e aos seus agnados; casada, a mulher está sob a tutela do marido; morto o marido, não volta para a sua própria família porque renunciou a esta para sempre, pelo casamento sagrado; a viúva continua submissa à tutela dos agnados de seu marido, isto é, à tutela de seus próprios filhos, se os tem, ou, na falta destes, à dos mais próximos parentes do marido. O marido tem sobre ela tanta autoridade que pode, antes de morrer, designar-lhe tutor, e até mesmo escolher lhe novo. (COULANGES, 1961, p. 74-75).

Para o autor, seguindo o modelo da sociedade patriarcal, além da mulher ser tratada como propriedade dos homens, a mulher é e deve ser frágil, sensível, passiva e dependente. Além desse ideário de pureza e graciosidade, incutiu-se na mulher o respeito a normas sociais associadas à aparência, reputação e pudor, tais como: virgindade, fidelidade, zelo com as tarefas domésticas e criação dos filhos, não usar alguns tipos de roupa, ser recatada, tornando-se como uma parte integrante de seu pai ou seu esposo. Tudo para ser considerada uma mulher virtuosa e honesta.

Segundo Dias (2004):

Ao homem sempre coube o espaço público, e a mulher foi confinada nos limites do lar, no cuidado da família. Isso enseja a formação de dois mundos: um, de dominação, externo, produtor; o outro, de submissão, interno e reprodutor. A essa distinção estão associados os papéis ideais de homens e mulheres: ele provendo a família, e ela cuidando do lar, cada um desempenhando a sua função. (DIAS, 2004, p. 56).

Para a autora, a desigualdade e a desvalorização da mulher a tornou completamente submissa ao homem. Estando a mulher dominada e obrigada a ter para com o ser masculino uma obediência irrestrita, assegurando ao homem o suposto direito de fazer uso de sua superioridade corporal e força física sobre a mulher.

Atualmente, é estatisticamente comprovado que as mulheres são as que mais sofrem de violência doméstica. Segundo dados compilados pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA et al, 2020) 38,9% dos homicídios de mulheres ocorrem dentro de casa. Os números assustam, pois, ainda de acordo com a pesquisa, uma mulher é morta no Brasil a cada 2 horas.

Apesar de a sociedade ter evoluído e a legislação também, não restam dúvidas que, em pleno século XXI, ainda há resquícios de um período marcadamente patriarcal. A mulher, na modernidade, assumiu maior autonomia social, mas não se pôde desprender de uma cultura arraigada por anos de história.

1.2. DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA

Para nos ajudar a entender o termo, vamos recorrer a alguns autores. Segundo Bonamigo (2008) o termo violência origina-se do latim *violentia* que remete a *vis* e significa caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física.

Já Gonçalves (2009) nos traz a seguinte definição:

Segundo o Dicionário Aurélio, violência seria ato violento, qualidade de violento ou até mesmo ato de violentar. Do ponto de vista pragmático pode-se afirmar que a violência consiste em ações de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade moral, física, mental ou espiritual. Em assim sendo, é mais interessante falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. (GONÇALVES, 2009, p. 11).

Já a OMS - Organização Mundial da Saúde (2007) define a violência como:

O uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (OMS, 2007, p. 1165).

Como podemos constatar, violência é um termo bastante abrangente. Nele se inclui desde as formas mais cruéis de tortura até as mais sutis de furor que ocorrem no cotidiano da vida social, na família ou no ambiente de trabalho, por exemplo, podendo advir tanto em espaços públicos quanto em espaços privados.

Em suma, considera-se violência um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto, onde há uso excessivo de palavras ou ações que machucam as pessoas além do necessário ou esperado. Violência é o uso abusivo ou injusto do poder.

1.3. O AMPARO JURÍDICO ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Antes da promulgação da Lei 11.340/06, a violência contra a mulher tinha previsão legal na Lei 9.099/95, sendo caracterizada e punida como uma infração de menor potencial

ofensivo. No entanto, essa tutela prestada pelo Estado não se mostrava suficiente para combater a violência doméstica e familiar.

Diante desse cenário, o parágrafo 9º foi acrescentado ao art. 129 do CP - Código Penal, por meio da Lei 10.886, de 17 de junho de 2004, objetivando coibir a violência doméstica contra a mulher.

Apesar de prever o aumento de pena de seis meses a um ano de detenção no delito de lesão corporal, não existiram mudanças consideráveis e os resultados não foram satisfatórios. Até aquele momento, independente da mudança, o procedimento adotado continuava o mesmo, sendo regido pela Lei 9.099/95 como crime de menor potencial ofensivo.

1.4. MARCO HISTÓRICO: A LUTA DE MARIA DA PENHA

Maria da Penha Maia Fernandes, natural de Fortaleza - Ceará, biofarmacêutica, mãe de três filhas, fez diferença na história do Brasil através de sua luta e coragem em expor o que a maioria tenta esconder, por vergonha ou negação da realidade. Sua luta marca uma mudança de paradigma, tirando a sociedade de uma situação de convivência e colocando em posição de enfrentamento à violência.

Fernandes (2012) narra sua história de sofrimento e luta no livro “*Sobrevivi... posso contar*”, em que ela relata o extenso histórico de violência perpetrada por seu ex-companheiro Marco Antonio Heredia Viveiros, economista e colombiano.

No ano de 1973, Maria da Penha iniciou mestrado na USP - Universidade de São Paulo custeada por uma bolsa de estudos, e foi nesse período que conheceu, Marco Antonio. Até então, Fernandes não tinha motivos para duvidar da índole de Viveiros, ela relata em seu livro que:

Muitos me parabenizavam por namorar uma pessoa tão atenciosa, gentil e prezada. Certa vez, a mãe de uma colega chegou a lamentar que Marco não tivesse escolhido a sua filha como namorada. Esses fatos e observações reforçaram minha convicção de que, caso nosso casamento se consumasse, teríamos grandes chances de sermos felizes. (FERNANDES, 2012, p. 17).

O casamento aconteceu em 1976. Após o nascimento de sua primeira filha e da finalização do mestrado de Maria da Penha, eles se mudaram para Fortaleza, onde nasceram as outras duas filhas do casal.

Neste mesmo ano, Marco foi naturalizado e se estabilizou profissional e economicamente. A partir desse momento a história mudou e Marco modificou totalmente o seu modo de ser. O companheiro, até então afável, transformou-se numa pessoa agressiva e intolerante, não só em relação a Maria da Penha, mas também às próprias filhas. Nessa escala de tempo, Maria da Penha descobriu um passado obscuro sobre Marco.

Somente alguns anos após a nossa união, quando já estávamos radicados em Fortaleza, tomei conhecimento por meio de uma carta da irmã de Marco, se bem me recordo, de que meu marido fora casado e possuía um filho nascido na Colômbia. Indaguei-lhe por que havia me omitido tais fatos, já que na sua documentação o seu estado civil constava como sendo solteiro. Diante do meu questionamento, singelamente, como se fosse algo natural, Marco revelou a fraude: “Subornei a funcionária”. Fiquei ainda mais temerosa, diante da constatação de que ele era capaz de um delito dessa natureza. (FERNANDES, 2012, p. 27-28).

Ao longo da sociedade conjugal, Maria da Penha sofreu inúmeras formas de agressão e violência de seu marido e, amedrontada, jamais reagiu, temendo retaliações ainda piores e mais graves em face dela e de todas suas filhas. Relatou que:

Nas poucas oportunidades em que era possível, conversávamos sobre nós. Eu falava em separação. Como resposta, obtinha um silêncio indiferente ou, quando muito, um “deixe de bobagem”. Eu percebia que uma separação amigável seria impossível, e temia tomar a iniciativa da separação judicial, pelas reações imprevisíveis de um marido agressivo, embora o meu maior desejo fosse o de livrar a mim e às minhas filhas daquele inferno. (FERNANDES, 2012, p. 22).

No dia 28 de maio de 1983, Maria da Penha foi vítima de tentativa de homicídio, acertada por Marco Antonio com um tiro de espingarda enquanto dormia. Ela ficou hospitalizada por quatro meses, realizou diversas cirurgias e ficou paraplégica em estado irreversível, como sequela da violência sofrida pelo pai de suas filhas.

Apesar de todo sofrimento que Maria da Penha padecia no hospital, Marco aproveitava para tornar as poucas visitas que fazia em “sessões de tortura psicológica”, atormentava-a com chutes no pé da cama, e questionamentos sobre a presença da família e amigos, exigindo que enquanto ele estivesse presente, os outros se ausentassem. (FERNANDES, 2012, p. 42).

No entanto, após a tragédia, Marco Antonio declarou à polícia, que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto, versão que foi desmentida posteriormente. Os disparos haviam sido realmente efetivados por ele, que utilizou da versão do assalto para se eximir da autoria do crime.

Ainda no mesmo ano da primeira tentativa de homicídio, após o retorno para casa, Maria da Penha foi mantida em cárcere por 15 dias. Em uma ocasião Marco buscou consolidar o seu objetivo inicial pela segunda vez e, de maneira simulada, empurrou Maria da Penha – que estava em cadeira de rodas - para debaixo do chuveiro tentando eletrocutá-la por meio de uma descarga elétrica. Posteriormente, o autor do crime afirmou que o ocorrido não seria capaz de produzir-lhe qualquer lesão.

Porém Fernandes (2012, p. 72) percebeu que esse seria o “motivo pelo qual, há algum tempo, o marido utilizava o banheiro das filhas para banhar-se, ficando evidente ter sido ele também o mentor dessa segunda agressão” e tentativa de homicídio, tornando o banheiro intencionalmente passível de uma descarga elétrica.

Com muita coragem e esforço a farmacêutica conseguiu sair de casa enquanto Marco realizava uma viagem e denunciou seu agressor. A história triste dessa mulher é a mesma de milhares de outras mulheres que vivem em um relacionamento de violência, coação e submissão.

As vítimas destes tipos de violências sentem-se como se não tivessem amparo algum para buscar ajuda ou sair da relação. Quando denunciam, muitas vezes, nenhuma providência é tomada, e com isso, continuam à mercê dos agressores, sentindo-se envergonhadas da situação em que se encontram. Essas mulheres chegam a pensar que os agressores têm razão de praticarem violências contra elas e sentem-se culpadas pelas agressões que recebem, sentem-se culpadas por serem vítimas.

A Lei 11.340/06 não foi criada porque o Brasil tornou-se um país humanizado e consciente da necessidade de ter leis que protegessem a mulher ou porque o legislador teve compaixão das mulheres que eram diariamente agredidas e mortas e nada era feito para acabar com isso. A Lei Maria da Penha nasceu somente quando o Brasil foi declarado um Estado violador dos Direitos Humanos, por não ter um sistema competente de prevenção e enfrentamento de violência contra a mulher, através do Relatório 54/01, caso nº 12.051 de 04 de abril de 2001.

De acordo com esse Relatório nº 54/01 sobre o caso Maria da Penha Maia Fernandes:

1. Em 20 de agosto de 1998, a CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada “a Comissão”) recebeu uma denúncia apresentada pela Senhora Maria da Penha Maia Fernandes, pelo Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) (doravante denominados “os peticionários”), baseada na competência que lhe conferem os artigos 44 e 46 da CADH - Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante denominada “a Convenção” ou “a Convenção Americana”) e o artigo 12 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará ou CVM).
2. A denúncia alega a tolerância da República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil” ou “o Estado”) para com a violência cometida por Marco Antônio Heredia Viveiros em seu domicílio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, contra a sua então esposa Maria da Penha Maia Fernandes durante os anos de convivência matrimonial, que culminou numa tentativa de homicídio e novas agressões em maio e junho de 1983. Maria da Penha, em decorrência dessas agressões, sofre de paraplegia irreversível e outras enfermidades desde esse ano. Denuncia-se a tolerância do Estado, por não haver efetivamente tomado por mais de 15 anos as medidas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias efetuadas. Denuncia-se a violação dos artigos 1 (Obrigação de respeitar os direitos); 8 (Garantias judiciais); 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana, em relação aos artigos II e XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (doravante denominada “a Declaração”), bem como dos artigos 3, 4, a,b,c,d,e,f,g, 5 e 7 da Convenção de Belém do Pará. A Comissão fez passar a petição pelos trâmites regulamentares. Uma vez que o Estado não apresentou comentários sobre a petição, apesar dos repetidos requerimentos da Comissão, os peticionários solicitaram que se presuma serem verdadeiros os fatos relatados na petição aplicando-se o artigo 42 do Regulamento da Comissão.
3. A Comissão analisa neste relatório os requisitos de admissibilidade e considera que a petição é admissível em conformidade com os artigos 46 (c) e 47 da Convenção Americana e o artigo 12 da Convenção de Belém do Pará. Quanto ao fundo da questão denunciada, a Comissão conclui neste relatório, elaborado segundo o disposto no artigo 51 da Convenção, que o Estado violou, em prejuízo da Senhora Maria da Penha Maia Fernandes, os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial assegurados pelos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em concordância com a obrigação geral de respeitar e garantir os direitos, prevista no artigo 1 do referido instrumento e nos artigos II e XVII da Declaração, bem como no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará. Conclui também que essa violação segue um padrão discriminatório com respeito a tolerância da violência doméstica contra mulheres no Brasil por ineficácia da ação judicial. A Comissão recomenda ao Estado que proceda a uma investigação séria, imparcial e exaustiva para determinar a responsabilidade penal do autor do delito de tentativa de homicídio em prejuízo da Senhora Fernandes e para determinar se há outros fatos ou ações de agentes estatais que tenham impedido o processamento rápido e efetivo do responsável; também recomenda a reparação efetiva e pronta da vítima e a adoção de medidas, no âmbito nacional, para eliminar essa tolerância do Estado ante a violência doméstica contra mulheres. (CIDH, 2001).

Diante disso, o Brasil se viu obrigado a elaborar um dispositivo normativo que fosse capaz de frear os casos de violência doméstica contra a mulher e que buscasse garantir a punição dos agressores, tendo em vista a situação de vulnerabilidade das vítimas, como também a dificuldade enfrentada em se realizar a denúncia e punir o responsável.

1.5. LEI MARIA DA PENHA OU LEI 11.340/06

Conforme abordado no capítulo anterior, a Lei Federal nº 11.340/06, teve como homenageada a senhora Maria da Penha Maia Fernandes, que em virtude de sua luta incessante por justiça, sagrou-se vitoriosa na perseguição punitiva de seu ex-marido, além de condenar o Brasil na OEA - Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por negligência e omissão em relação à violência doméstica praticada no país.

A referida Lei foi aprovada por unanimidade e sancionada em 07 de agosto de 2006, passando a tutelar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Fazendo um balanço da Lei, desde a sua edição em 2006, os benefícios trazidos são profundamente significativos e esperamos um aprimoramento cada vez maior da legislação para que outras mulheres não sofram o triste drama de Maria da Penha.

Segue abaixo um quadro comparativo estabelecendo uma relação entre o antes e depois da Lei nº11.340/06 entrar em vigor:

Tabela 1: Comparativo antes e depois da Lei Maria da Penha

ANTES DA LEI MARIA DA PENHA	DEPOIS DA LEI MARIA DA PENHA
Não existia lei específica sobre a violência doméstica	Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
Não tratava das relações entre pessoas do mesmo sexo.	Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual.
Nos casos de violência, aplica-se a lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, onde só se julgam crimes de " <i>menor potencial ofensivo</i> " (pena máxima de 2 anos).	Retira desses Juizados a competência para julgar os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Esses juizados só tratavam do crime. Para a mulher resolver o resto do caso, as questões cíveis (separação, pensão, guarda de filhos) tinha que abrir outro processo na vara de família.	Serão criados Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, abrangendo todas as questões.
Permite a aplicação de penas pecuniárias, como cestas básicas e multas.	Proíbe a aplicação dessas penas.
A autoridade policial fazia um resumo dos fatos e registrava num termo padrão (igual para todos os casos de atendidos).	Tem um capítulo específico prevendo procedimentos da autoridade policial, no que se refere às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
A mulher podia desistir da denúncia na delegacia.	A mulher só pode renunciar perante o Juiz.
Era a mulher quem, muitas vezes, entregava a intimação para o agressor comparecer às audiências.	Proíbe que a mulher entregue a intimação ao agressor.

Não era prevista decretação, pelo Juiz, de prisão preventiva, nem flagrante, do agressor (Legislação Penal).	Possibilita a prisão em flagrante e a prisão preventiva do agressor, a depender dos riscos que a mulher corre.
A mulher vítima de violência doméstica e familiar nem sempre era informada quanto ao andamento do seu processo e, muitas vezes, ia às audiências sem advogado ou defensor público.	A mulher será notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor, e terá que ser acompanhada por advogado, ou defensor, em todos os atos processuais.
A violência doméstica e familiar contra a mulher não era considerada agravante de pena. (art. 61 do Código Penal).	Esse tipo de violência passa a ser prevista, no Código Penal, como agravante de pena.
A pena para esse tipo de violência doméstica e familiar era de 6 meses a 1 ano.	A pena mínima é reduzida para 3 meses e a máxima aumentada para 3 anos, acrescentando-se mais 1/3 no caso de portadoras de deficiência.
Não era previsto o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (Lei de Execuções Penais).	Permite ao Juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.
O agressor podia continuar frequentando os mesmos lugares que a vítima frequentava. Tampouco era proibido de manter qualquer forma de contato com a agredida.	O Juiz pode fixar o limite mínimo de distância entre o agressor e a vítima, seus familiares e testemunhas. Pode também proibir qualquer tipo de contato com a agredida, seus familiares e testemunhas.

Fonte: Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha (sem data).

Como podemos evidenciar, com a lei Maria da Penha entrando em prática, a violência contra a mulher passa a ser tratada com mais rigor e o agressor passa a receber a devida punição, passando mais confiança para a vítima no ato da denúncia.

Em relação a denúncia e seu avanço, podemos citar que, anteriormente, para caracterizar uma violência doméstica, apenas a vítima poderia denunciar e ainda poderia retirar a queixa quando quisesse. Entretanto, foi-se observado que muitas mulheres retiravam as queixas sob ameaça de seus companheiros e não apenas porque foi um ato impulsivo, como muitas delas relatavam.

Com a alteração da Lei, uma vez noticiada a violência doméstica e oferecida a denúncia pelo MP – Ministério Público, não pode mais se retirar a mesma. Houve mudanças também no aspecto da denúncia, agora qualquer pessoa que presenciar agressões contra a mulher no âmbito doméstico pode denunciar, pois muitas mulheres vítimas de agressões domésticas ainda relutam fortemente para realizar a denúncia, sob os mais diversos motivos.

Aquela história de “briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, felizmente, não se aplica mais.

A Lei Maria da Penha é considerada um marco histórico da evolução dos direitos das mulheres, visto que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra o gênero feminino. Surgiu com o ideal de resgatar a cidadania de uma classe que, por muito tempo, sofreu com ditames de uma sociedade patriarcal.

1.5.1. OBJETIVO DA LEI

A Lei Maria da Penha tem como fundamento o art. 226, § 8º da Carta Magna (BRASIL, 1988), que dispõe: “Art. 226. [...] § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”

Além da Constituição, a legislação especial também está ancorada nos tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário, especialmente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher (CEDAW, ONU – Organização das Nações Unidas de 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994).

Consequentemente, a Lei 11.340 traz consigo um conjunto de regras penais, objetivos, princípios e diretrizes com o intuito de prevenir a violência no seio da família e proteger especialmente a mulher.

Cunha e Pinto (2007) sobre a finalidade da Lei 11.340/06, comentam que:

A Lei 11.340/06 extraiu do caldo da violência comum uma nova espécie, qual seja, aquela praticada contra a mulher (vítima própria), no seu ambiente doméstica, familiar ou de intimidade (art. 5º). Nesses casos, a ofendida passa a contar com precioso estatuto, não somente de caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial, criando mecanismos aptos a coibir essa modalidade de agressão. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 20)

Nesse mesmo sentido, Bianchini (2018, p. 32) preleciona: “O objetivo da Lei é coibir e prevenir a violência de gênero no âmbito doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto”.

Temos então, uma Lei que cria mecanismos para a aplicação do que é disposto na Carta Magna, com o objetivo de efetivamente garantir os direitos fundamentais e constitucionais, prestando proteção e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2.1. CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Cunha e Pinto (2007) conceituam a violência doméstica e familiar da seguinte forma:

De acordo com a Lei 11.340/2006 (art. 5º), entende-se por violência doméstica e familiar toda a espécie de agressão (ação ou omissão) dirigida contra mulher (vítima certa), num determinado ambiente (doméstico, familiar, ou de intimidade), baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 23).

Nesse sentido, Seixas e Dias (2013) definem que:

A violência doméstica é o conjunto de formas de ação ou omissão que se exerce no lar, que causam lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, qualquer que seja a pessoa que a exerça ou sofra. É uma perigosa realidade, porque todos têm impulsos amorosos e agressivos e a família, que é a referência e deve nos proteger e ensinar a amar e como controlar a raiva e dar saída as pulsões internas com limites, ou seja, como nos socializar, faz exatamente ao contrário. (SEIXAS; DIAS, 2013, p. 8)

A Convenção de Belém do Pará de 1994, da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (1994) define violência doméstica como:

[...] a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades [...] violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (CIDH, 1994).

Maria Berenice Dias (2021 p. 153), sobre violência doméstica comenta que se trata de:

Delitos cometidos contra pessoas de identidade feminina, no âmbito das relações domésticas, familiares ou de afeto, constituem violência doméstica (Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006). Com o advento da lei é que se atentou à situação de absoluta vulnerabilidade das mulheres no âmbito do seu lar doce lar. De maneira muito mais frequente do que se imaginava, as mulheres dormem com inimigos. (DIAS, 2021, p. 153).

A Lei 11.340/06, em seu art. 5º, definiu a violência doméstica como sendo:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006).

Tento em vista a diversidade de definições, vamos conhecer a seguir os termos usados pelo legislador para definir e caracterizar de fato a violência doméstica.

2.2. CARACTERIZAÇÃO E REQUISITOS IMPORTANTES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

De acordo com o art. 5º e incisos da Lei 11.340/2006, nota-se a necessidade de que a ação ou omissão seja perpetrada no âmbito doméstico e familiar, ou então em razão de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, pouco importando a coabitação.

Nesse sentido, Bianchini (2018) define que o objeto da Lei 11.340/06 é a violência contra a mulher baseada no gênero, praticada no âmbito doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto.

Desse modo, segundo o texto legal, não se mostra necessário que a vítima e o agressor convivam sob o mesmo teto para que seja configurada a violência doméstica ou familiar, bastando que o agressor e a vítima tenham, ou já tenham mantido, algum tipo de vínculo de natureza familiar.

2.2.1. AMBIENTE DOMÉSTICO

De acordo com a Lei 11.340/06 em seu art. 5, inciso I, considera-se ambiente doméstico o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive

esporadicamente agregada, incluindo então as mulheres tuteladas, curateladas, sobrinhas, enteadas e irmãs unilaterais.

2.2.2. AMBIENTE FAMILIAR

Neste caso, não prevalece o caráter espacial do lar ou da coabitação, mas sim o vínculo familiar decorrente do parentesco natural, por afinidade ou por vontade expressa (civil). Ainda que fora do recinto doméstico, a existência de relações familiares entre agressor e vítima já permitirá a caracterização da violência doméstica.

2.2.3. RELAÇÕES DE AFETO

Nesta modalidade dispensa-se tanto a coabitação, quanto o parentesco familiar, sendo suficiente relação íntima de afeto e convivência, presente ou pretérita. É o caso de namorados ou casais que não convivem sob o mesmo teto.

2.3. SUJEITOS: ATIVO E PASSIVO

Preliminarmente, é importante elencar que sujeito passivo é a vítima da ação delituosa, o que teve seu bem jurídico lesado ou ameaçado. Já o sujeito ativo é o praticante da conduta descrita no tipo.

Dessa forma, diante da lei estudada, o sujeito passivo, ou seja, a vítima, é a mulher que sofre a ação ou omissão, tanto no âmbito da unidade doméstica, quanto no âmbito da família ou entre qualquer relação íntima de afeto.

E o sujeito ativo, por sua vez, é aquele que realiza o verbo do tipo penal, ou seja, é aquele que produz a ação ou omissão baseado no gênero. No parágrafo único do artigo 5º da lei 11.340/2006 está previsto que as relações pessoais enunciadas independem de orientação sexual.

Há de se mencionar que a violência pode partir de maridos, companheiros, namorados – ex ou atuais e que morem ou não na mesma casa que a mulher. Vale frisar que, a lei não se restringe às relações amorosas, ou seja, também vale para outros membros da família, como pai, mãe, irmão(ã), padrasto, madrasta, filho(a), sogro(a), desde que a vítima seja mulher, em qualquer faixa etária.

A lei também se aplica quando a violência doméstica ocorre entre pessoas que moram juntas ou frequentam a casa, mesmo sem ser parentes, como, por exemplo, um cunhado(a).

Em resumo, a violência pode ser praticada por qualquer pessoa que tenha ou teve relação íntima e de afeto com a vítima, independentemente do sexo dessa pessoa.

No entanto, com base em pesquisas e estatísticas é possível verificar que o agressor, na maioria dos casos, é homem. Uma das imagens mais associadas à violência doméstica e familiar é a do namorado, marido ou ex que agride a parceira motivado por um sentimento de posse sobre a vida e as escolhas daquela mulher.

2.4. DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo estabelece a Lei nº 11.340/2006 em seu art. 7º, incisos I, II, III, IV e V, a violência doméstica contra a mulher tem como modalidades a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, *in verbis*:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Sob o prisma desta disposição trabalharemos cada uma dessas formas a seguir.

2.4.1. VIOLÊNCIA FÍSICA

A violência física é configurada como qualquer tipo de conduta ofensiva à integridade física ou à saúde corporal da mulher. Dentre todos os tipos de violência essa é a mais perceptível, tendo em vista que geralmente deixa marcas visíveis na vítima. Segundo Cunha e Pinto (2007):

É o uso da força, mediante socos, tapas, pontapés, empurrões, arremesso de objetos, queimaduras etc., visando, desse modo, ofender a integridade ou a saúde corporal da vítima, deixando ou não marcas aparentes, naquilo que se denomina, tradicionalmente, *vis corporalis*. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 37)

No mais, violência física é caracterizada por ser uma espécie de contato físico, o qual provoque dor, podendo ou não resultar em lesão ou causar marcas no corpo. Temos como exemplo desta violência: beliscões, mordidas, puxões de cabelo, tapas, cortes, chutes, queimaduras, socos, entre outros.

2.4.2. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Por sua vez, a violência psicológica está prevista no segundo inciso do art. 7º da Lei Maria da Penha, definida como ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal, através do agressor, que sente prazer em inferiorizar a vítima.

Cunha e Pinto (2007), definem violência psicológica da seguinte forma:

Por violência psicológica entende-se a agressão emocional (tão ou mais grave que a física). O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, rejeita, humilha ou discrimina a vítima, demonstrando prazer quando vê o outro se sentir amedrontado, inferiorizado e diminuído, configurando a *vis compulsiva*. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 37).

Berly (1982 apud Azevedo; Guerra, 2001) identifica algumas situações consideradas violência psicológica quando o indivíduo:

Caçoa da mulher; insulta-a; nega seu universo afetivo; jamais aprova as realizações da mulher; grita com ela; insulta-a repetidamente (em particular); culpa-a por todos os problemas da família; chama-a de louca, puta, estúpida etc; ameaça-a com violência; critica-a como mãe, amante e profissional; exige toda atenção da mulher, competindo zelosamente com os filhos; critica-a reiteradamente (em público); conta-lhe suas aventuras com outras mulheres; ameaça-a com violência a ser dirigida aos filhos; diz que fica com a mulher apenas porque ela não pode viver sem ele; cria um ambiente de medo; faz com que a mulher fique desesperada, sofra depressão e/ou apresente outros sintomas de enfermidade mental; suicídio. (BERLY 1982 apud AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 34)

Trata-se de agressão emocional as práticas de ameaças, humilhações ou discriminações, bem como, do momento em que o agente sente prazer em ver a vítima sentindo-se amedrontada, aterrorizada, diminuída e inferiorizada. Essa é a forma de violência mais comum e a menos denunciada, pois, geralmente, a vítima não tem noção de que está sendo alvo deste abuso.

2.4.3. VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual está prevista no inciso III, do artigo 7º e pode ser considerada como uma variação de diversos atos e tentativas de relação sexual, podendo ser de forma forçada ou coagida, que ocorre em qualquer tipo de relacionamento.

Sob essa ótica, Cunha e Pinto (2007) nos dizem que:

Qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou o uso da força; que induza a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou a manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 38).

Alguns exemplos de violência sexual segundo Bianchini (2018) são:

- 1) presenciar relação sexual não desejada;
 - 2) manter relação sexual não desejada;
 - 3) participar de relação sexual não desejada;
- Ainda, são consideradas violência sexual qualquer conduta, quando praticada mediante (a) coação, (b) chantagem, (c) suborno ou (d) manipulação, que a
- 4) induza a comercializar de qualquer modo, a sua sexualidade;
 - 5) induza a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade;
 - 6) impeça de usar qualquer método contraceptivo;
 - 7) force ao matrimônio;
 - 8) force à gravidez;
 - 9) force ao aborto;
 - 10) force à prostituição. (BIANCHINI, 2018, p. 54).

Esse tipo de violência tende a provocar nas vítimas sérios traumas, sem contar a culpa, o medo e a vergonha que a mulher carrega sobre suas costas, o que as faz decidir, quase sempre, por ocultar o evento.

Para isso, a Lei nº 12.845/2013, em seus artigos e incisos, dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral as mulheres vítimas de violência sexual.

Art. 1º Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

Art. 2º Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS (Serviço Único de Saúde), compreende os seguintes serviços:

I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;

II - amparo médico, psicológico e social imediatos;

III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;

IV - profilaxia da gravidez;

V - profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST;

VI - coleta de material para realização do exame de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) para posterior acompanhamento e terapia;

VII - fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.

§ 1º Os serviços de que trata esta Lei são prestados de forma gratuita aos que deles necessitarem.

§ 2º No tratamento das lesões, caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal.

§ 3º Cabe ao órgão de medicina legal o exame de DNA para identificação do agressor. (BRASIL, 2013).

Diante desta lei, a vítima que sofre violência sexual deve contar com acolhimento imediato nas redes públicas de saúde, pois, diante desta atrocidade, os atendentes são obrigados a darem assistência integral a essas mulheres. Assim sendo, a elas será fornecida a pílula do dia seguinte, a fim de evitar gravidez indesejada, coleta de materiais para efetivação do exame de HIV e outros tipos de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros meios para preservação da sua vida e integridade.

Violência sexual é qualquer conduta que force a vítima a manter, presenciar ou participar de uma relação sexual não desejada; que impeça a vítima de utilizar métodos contraceptivos ou que a force à gravidez, à prostituição, ao casamento, ao aborto, seja mediante chantagem, ameaças, manipulação ou até mesmo suborno; ou também, que possa limitar ou anular o exercício de seus direitos reprodutivos ou sexuais. Como por

exemplo quando o parceiro, namorado, marido pratica atos sexuais que não lhe agradam ou até mesmo, quando obriga a mulher a manter relações sexuais sem que ela concorde.

2.4.4. VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

No que se refere a violência patrimonial encampada no inciso IV do art. 7º, consiste na conduta que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores. Esse tipo de violência é frequentemente utilizado para manipular a liberdade e a capacidade de autodeterminação da mulher, sendo bastante utilizada nas hipóteses em que a vítima tem a iniciativa de denunciar o seu agressor.

Sobre violência patrimonial, Bianchini (2018) diz que:

Constitui violência patrimonial contra a mulher qualquer conduta que configure: 1) retenção; 2) subtração; 3) destruição parcial ou total. Tais ações, por sua vez, devem recair sobre os seus: a) objetos; b) instrumentos de trabalho; c) documentos pessoais; d) bens; e) valores; f) direitos; g) recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Tal dispositivo encontra correspondência no art. 5º da Convenção de Belém do Pará. (BIANCHINI, 2018, p. 55).

Já Cunha e Pinto (2007) conceituam violência patrimonial da seguinte forma:

Entende-se por violência patrimonial qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Esta forma de violência (a exemplo da violência do inciso seguinte) raramente se apresenta separada das demais, servindo, quase sempre, como meio para agredir, física ou psicologicamente, a vítima. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 38).

Nos conflitos conjugais, a violência patrimonial mais conhecida é aquela praticada mediante destruição de bens materiais e objetos pessoais ou a sua retenção indevida, nos casos de separação de fato, no afã de coagir a companheira a retomar ou a manter-se na convivência conjugal.

2.4.5. VIOLÊNCIA MORAL

A Lei Maria da Penha traz a violência moral contra a mulher como uma das formas de violência, prevista no art. 7º inciso V. A violência moral encontra tutela penal nos crimes contra a honra: calúnia (art. 138, CP), difamação (art. 139, CP) e injúria (art. 140, CP).

Esta forma de violência é caracterizada quando ocorre a prática de algum desses delitos contra a mulher em decorrência de vínculo de natureza familiar ou afetiva, no âmbito doméstico e familiar.

Cunha e Pinto (2007) definem a violência moral:

A violência verbal, entendida como qualquer conduta que consista em calúnia (imputar à vítima a prática de determinado fato criminoso sabidamente falso), difamação (imputar à vítima a prática de determinado fato desonroso) ou injúria (atribuir à vítima qualidades negativas), normalmente se dá concomitantemente à violência psicológica. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 38).

Posto isso, ocorre a violência moral quando a mulher é caluniada, injuriada ou difamada. A injúria ocorre nos casos em que o agressor ofende a honra subjetiva da mulher, como por exemplo, chamá-la de “safada”, “pilantra”, “idiota”, entre outras. Já a calúnia se configura sempre que o agressor afirma falsamente que a vítima praticou um crime que não cometeu, como dizer que a vítima “faz programas”. Por sua vez, a difamação acontece quando o agressor atribui à mulher fatos que denigram a sua reputação, quando diz que a vítima é “incompetente”, “bêbada”, entre outros. Cumpre informar que a violência moral também pode ocorrer através de contato telefônico ou até mesmo pela internet.

2.5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA PELA COVID-19

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, tem alterado a rotina de grande parte das pessoas. Dentre as medidas recomendadas pela OMS para o combate à pandemia, destaca-se o isolamento dos casos suspeitos e o distanciamento social, estratégias fundamentais para conter o aumento exponencial dos casos da doença e a sobrecarga no serviço de saúde.

Segundo dados do Disque 100 e Ligue 180, disponibilizados pelo MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foram registradas quase 350 mil denúncias relacionadas aos direitos humanos, o que representa cerca de mil denúncias de violações de direitos humanos por dia.

A busca por ajuda, proteção e alternativas está prejudicada devido à interrupção do contato social da vítima com amigos e familiares, assim, reduzem-se as possibilidades da mulher criar e/ou fortalecer uma rede social de apoio, buscar ajuda e sair da situação de violência.

A ministra do MMFDH, Damares Alves (2021), informa que, com a pandemia causada pelo coronavírus, a pasta trabalhou para aumentar as possibilidades de a população ter acesso ao Disque 100 e ao Ligue 180, agora é possível entrar em contato com esse ministério por um número de *WhatsApp*.

A ministra ressalta a importância do atendimento via aplicativo, no momento em que estamos vivendo:

Como é que a mulher ia ligar na frente do agressor? Ele ia ouvir a voz dela. Aí a gente traz para o Brasil o WhatsApp, o aplicativo, para que a mulher de noite acorde e, mesmo ao lado dele, possa mandar uma mensagem em silêncio. Ou na hora que for ao banheiro tomar um banho, jogar o lixo lá fora. (ALVES, 2021).

Em uma pesquisa realizada pelo FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha (BUENO et al, 2021), nota-se que, as mulheres vítimas de violência no Brasil estão entre as que mais perderam renda e emprego na pandemia. Destaca-se ainda que 46,7% das mulheres que afirmam ter sofrido algum tipo de violência no último ano também perderam o emprego neste período. Já entre as que não sofreram agressões, a média cai para 29,5%. Entre as vítimas de violência, 61,8% disseram que a renda familiar diminuiu na pandemia. Das que não sofreram agressões, este percentual foi de 50%.

Na dimensão individual, podem ser estopins para o agravamento da violência: o aumento do nível de estresse do agressor gerado pelo medo de adoecer, a incerteza sobre o futuro, a impossibilidade de convívio social, a iminência de redução de renda, especialmente nas classes menos favorecidas, em que há grande parcela que sobrevive às custas do trabalho informal, além do consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas.

A cruel e verdadeira realidade que nos encontramos é que a medida mais eficaz contra o COVID-19 potencializou a vulnerabilidade das mulheres. O isolamento social, necessário nesse momento, favorece os abusadores a se utilizarem de estratégias de controle, vigilância e coerção com mais facilidade.

3. MECANISMOS DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO

3.1. DAS MEDIDAS DE URGÊNCIA

Ao analisar a Lei 11.340/06, é possível observar que a mesma separou alguns de seus artigos para tratar das medidas protetivas de urgência. Desde o artigo 1º da lei, é possível observar a intenção de criar mecanismos que fossem efetivos em coibir a violência.

Com relação às disposições gerais das medidas protetivas, ressalta-se o caráter de tutela de urgência. Segundo Dias (2018), a Lei Maria da Penha elenca

[...] um rol de medidas para dar efetividade ao seu propósito: assegurar a mulher o direito a uma vida sem violência. Tentar deter o agressor bem como garantir segurança pessoal e patrimonial à vítima e sua prole agora não são encargos somente da polícia. Passou a ser dever também do juiz e do Ministério Público. Todos precisam agir de modo imediato e eficiente. As providências não se limitam às medidas protetivas previstas nos arts. 22 e 24. Encontram-se espraiadas, em toda a Lei, medidas voltadas à proteção da vítima que também merecem ser chamadas de protetivas. (DIAS, 2018, p. 171).

As medidas de urgência são remédios constitucionais que visam a tomada de providências antes do desfecho final do processo, visando retirar as situações graves de risco de dano à efetividade do processo ou prejuízos que podem decorrer de sua demora e que ameaçam a conclusão natural do processo e sua efetiva prestação jurisdicional.

Ainda, tem-se o artigo 18 da lei, que determina que o pedido da vítima para que se estabeleça algum dos mecanismos de proteção deve ser analisado em 48 horas pelo juiz:

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:
I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis. (BRASIL, 2006).

Cunha e Pinto (2007) reforçam que as medidas consideradas de urgência podem ser concedidas de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou da ofendida, prescindindo, inclusive, do acompanhamento de advogado.

Segundo Bianchini (2008):

As medidas protetivas permitiram não só alargar o espectro de proteção da mulher, aumentando o sistema de prevenção e combate à violência, como também fornecer ao magistrado uma margem de atuação para que possa decidir por uma ou outra medida protetiva, de acordo com a necessidade exigida pela situação. (BIANCHINI, 2018, p. 185).

Passaremos, então, a explicitar as medidas protetivas de urgência em espécie.

3.2. MEDIDAS PROTETIVAS QUE OBRIGAM O AGRESSOR

O art. 22 da Lei 11.340/06 elenca as medidas protetivas que obrigam o agressor, ou seja, aquelas voltadas diretamente ao sujeito ativo da violência. Vejamos:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)
- VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (BRASIL, 2006).

A seguir, serão discutidas separadamente essas medidas para a melhor compreensão das mesmas.

3.2.1. SUSPENSÃO DA POSSE OU RESTRIÇÃO DO PORTE DE ARMAS

Esta medida diz respeito à limitação do uso de arma de fogo. Conforme Cunha e Pinto (2007) apontam, trata-se de uma medida que se mostra francamente preocupada com a incolumidade física da mulher. E com razão, já que os dados estatísticos referentes à prática de crimes contra a mulheres com utilização de arma de fogo são assustadores.

A norma ainda faz menção ao estatuto do desarmamento (Lei 10.826/03):

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (BRASIL, 2006).

Ainda segundo Cunha e Pinto (2007):

A hipótese pode ser de suspensão da posse da arma de fogo, ou de restrição ao seu porte, a ser determinado pelo juiz. São usadas as expressões “suspender” e “restringir” notadamente pois elas carregam significados diferentes. Suspende tem o sentido de privar temporariamente a utilização da arma. Já “Restringir” tem aqui a acepção de limitar o seu uso. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 88).

Dias (2018) explica:

Sendo legal a posse e o uso da arma de fogo pelo agressor, denunciando a vítima à autoridade policial a violência e justificando a necessidade de desarmá-lo, por temer pela própria vida, é instalado expediente a ser remetido a juízo. Deferido o pedido e subtraído do ofensor o direito de manter a posse da arma, ou sendo limitado o seu uso, deve a decisão ser comunicada a quem procedeu ao registro e concedeu a licença: o Sistema Nacional de Armas – SINARM e a Polícia Federal - PF. (DIAS, 2018, p. 180-181).

Dessa forma, a determinação pode se dar, por exemplo, a um policial, para que porte sua arma apenas em serviço, deixando-a em seu local de trabalho ao final do dia, evitando-se com isso, que a tenha no domínio do seu lar.

Tal restrição é válida para evitar tragédia maior. O legislador entende que, se o homem agride a mulher de modo a causar-lhe lesão corporal, é possível que, no futuro, se esse mesmo sujeito possuir arma de fogo, a agressão progrida para um homicídio.

3.2.2. AFASTAMENTO DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA

Segundo Dias (2018), a providência mais requisitada é a de manter o agressor distante da vítima. Daí a imposição de medidas que obrigam o agressor (LMP, art. 22, II) e medidas que asseguram proteção à vítima (LMP, art. 23, II, III e IV). Para garantir o fim da violência é possível impor a saída de qualquer deles da residência comum.

A Lei expressamente confere, ao juiz do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a possibilidade de determinar a separação de copos entre a vítima e agressor. Tal separação envolverá necessariamente, de um lado, uma mulher, na condição de ofendida. E, de outro, um homem ou mesmo uma mulher. Claro, na medida em que sustentamos que a lei abrange, também, as relações homoafetivas. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 97).

No que tange, o afastamento do agressor, Bianchini (2018) discorre que:

A retirada do autor da agressão do interior do lar, ou a proibição de que lá adentre, além de auxiliar no combate e na prevenção da violência doméstica, pode encurtar as distâncias entre vítima e Justiça. O risco de que a agressão seja potencializada após a denúncia diminui quando se providencia para que o autor da agressão deixe a residência em comum ou fique sem acesso franqueado a ela. Por sobre isso, evita o contato imediato após a violência, propiciando menor humilhação e maior tranquilidade ao lar, o que repercute, inclusive, em relação aos filhos e demais familiares. (BIANCHINI, 2018, p. 187).

Ainda sobre o tema, Cavalcante (2014) diz:

Deve ser aplicada aos casos em que a permanência do agressor no lar consiste em fator de risco para a ofendida e eventuais filhos, a fim de garantir sua integridade física e psicológica, a ser avaliado pelo magistrado com cautela, tendo em vista os graves impactos nos direitos do averiguado. (CAVALCANTE, 2014, p. 122).

3.2.3. PROIBIÇÃO DE CONTATO E RESTRIÇÃO DE PRESENÇA EM DETERMINADOS LUGARES

O inciso III do artigo 22 prescreve a proibição das seguintes condutas por parte do agressor:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

[...]

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

- a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. (BRASIL, 2006)

Essas medidas, segundo Cavalcante (2014), tratam-se

[...] de medidas que visam garantir a integridade física e psicológica da ofendida, uma vez que nos conflitos familiares que abrangem situações de violência, não raras vezes o agressor procura reiteradamente a vítima, pessoalmente, por telefone ou através de mensagens eletrônicas, insultando ou proferindo ameaças, inclusive, em seus locais de estudo ou de trabalho. Isso ocorre reiteradamente, por exemplo, quando a ofendida rompe o relacionamento e o averiguado não aceita. (CAVALCANTE, 2014, p. 123).

É comum que em situações traumáticas de evidente animosidade entre as partes, envolvendo a prática de agressões e outros ataques, o agressor passe a atormentar o sossego não apenas da ofendida, mas também de familiares e testemunhas. Por isso:

A decisão de concessão de medida de proibição de frequentar determinados lugares também deve especificar os lugares vedados, tais como, residência, local de estudo, local de trabalho ou espaços de lazer, além de outros eventualmente indicados pela ofendida, a fim de assegurar sua incolumidade. Assim, caso a ofendida esteja em um lugar público, ao constatar esta situação, o agressor não deve ingressar no local ou dele se retirar. (CAVALCANTE, 2014, p. 124).

Sobre a medida, Cunha e Pinto (2007) complementam que:

Em suma, são sugestões meramente exemplificativas, já que as possibilidades são inúmeras, dependendo do caso concreto. Exigem do julgador, no entanto certa dose de cautela, sob pena de inibir qualquer espécie de deambulação do agressor, impedindo-o mesmo de se movimentar livremente e podendo configurar verdadeiro constrangimento ilegal. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 90).

3.2.4. RESTRIÇÃO OU SUSPENSÃO DE VISITAS AOS DEPENDENTES MENORES

Segundo Dias (2019, p. 185), “flagrada a possibilidade de a segurança da vítima ser ameaçada, pode o juiz suspender ou restringir as visitas do agressor aos filhos”. Dessa forma, em sede de violência doméstica, existindo perigo à integridade da mulher ou de seus filhos, a suspensão de visitas é medida protetiva de urgência cabível. Para protegê-los de tanto, inclusive, pode-se estabelecer que as visitas aconteçam em local determinado, de forma supervisionada. É o que se retira do inciso IV do artigo 22 da Lei 11.340/06, e que indica que, nesses casos, deve ser ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.

Nesse contexto, Cunha e Pinto (2007) comentam que:

Optou o legislador pela utilização dessa expressão (dependentes), quando nos parece seria mais adequado tivesse feito alusão a qualquer incapaz que, de algum modo, conviva em contato com o agressor. Com isso incluiria, além dos filhos é claro, também o enteado, aquele de quem o agente seja guardião, tutor etc.; também todo aquele que, embora não vinculado por laço de parentesco ou por determinação judicial, prive de relação doméstica com o agressor. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 91).

Quando há menores envolvidos:

A imposição da medida de restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores deve ser concedida nos casos em que haja risco à integridade física e psicológica dos dependentes menores, que podem também ser vítimas de violência doméstica, como no caso de abuso sexual, por exemplo. (CAVALCANTE, 2014, p. 124)

Ainda, Cunha e Pinto (2007) completam que: “De qualquer sorte, a falta de melhor técnica na redação decerto não inibirá o juiz de estender a proteção a todas as pessoas acima mencionadas”.

3.2.5. PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS OU PROVISÓRIOS

A medida protetiva de urgência que impõe ao agressor prestação de alimentos provisórios ou provisionais, intenciona prover o sustento da pessoa necessitada (seja a mulher, sejam os filhos), no curso da ação relacionada à violência doméstica e familiar.

Assim, Cunha e Pinto (2007) explicam:

Possuem o inegável caráter de medida emergencial, visando prover a pessoa necessitada, garantindo sua sobrevivência durante o curso da ação. (CUNHA; PINTO, 2004, p. 92)

Já, Bianchini (2018), discorre que a prestação de alimentos provisionais ou provisórios deve seguir as determinações do Código Civil (arts. 1.694 e s.), observando-se a possibilidade do alimentante/necessidade do alimentado, bem como a demonstração de relação de parentesco e da relação de dependência econômica.

Ainda que alimentos provisórios (Lei de Alimentos, art. 4º) não possam ser identificados como medida protetiva (LMP, art. 22, V e 23, III), trata-se de providência que assegura a manutenção da entidade familiar. Em face da realidade, Dias (2018) reforça que ainda tão saliente nos dias de hoje, em que o homem é o provedor da família, sua retirada do lar não desonera da obrigação de continuar sustentando a mulher e os filhos. Não há como liberá-lo dos encargos para com a família, seria um prêmio.

Deste modo, conclui-se que, uma vez fixados os alimentos como medida protetiva de urgência, são eles considerados devidos tanto à mulher quanto aos filhos, inclusive, nos casos de casais homossexuais.

3.2.6. COMPARECIMENTO DO AGRESSOR A PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO E REEDUCAÇÃO

A Lei 13.984/20 obriga o agressor, em caso de violência doméstica, a frequentar centros de educação e de reabilitação. Foi sancionada em 3 de abril, pelo presidente Jair Bolsonaro, alterando a Lei Maria da Penha em seu art. 22, com novas determinações inseridas no rol das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor, inciso VI.

A nova norma altera a Lei Maria da Penha de modo que o juiz já poderá obrigar os agressores a frequentarem cursos, a partir da fase investigatória. A reeducação não livrará o cumprimento da eventual pena ao final do processo, decidida contra o agressor no âmbito do processo judicial.

Segundo Silva e Barbosa (2017):

A Lei Maria da Penha possui natureza marcadamente penal. Ocorre que a punição penal estatal, entendida apenas como a determinação de prisão do agressor, nos casos de violência doméstica não encontra efetiva resposta social quanto à diminuição dos casos albergados pela lei. Busca-se a utilização da previsão legal de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação como a principal medida de urgência a ser deferida como mecanismo efetivamente capaz de diminuir a reincidência de agressores de violência de gênero. (SILVA; BARBOSA, 2017, p. 78).

3.2.7. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DO AGRESSOR

A Lei 13.984, de 03 de abril de 2020, também incluiu o inciso VII, que obriga o agressor receber acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. Segundo a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em nota do Governo Federal, o agressor tem problemas emocionais que precisam ser tratados por meio do acompanhamento psicossocial.

Alves (2020), também ressaltou:

Ou ele veio de lar agressivo, ou ele foi vítima de violência. Antes dessa lei, era dada uma medida protetiva para a mulher e o agressor era condenado a pagar uma cesta básica ou a fazer um serviço comunitário. Isso muda o que na vida dela? Nada. É por isso que participar de grupos reflexivos é tão importante. (ALVES, 2020).

3.3. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À OFENDIDA

As medidas protetivas de urgência, específicas à proteção da vítima, estão previstas nos arts. 23 e 24 da Lei 11.340/06, que fazem parte da seção III. O art. 23 diz respeito à recursos como a separação de corpos, entre outros:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:
 I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
 II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
 III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
 IV - determinar a separação de corpos. (BRASIL, 2006).

Já o art. 24 da lei se refere à proteção patrimonial dos bens da ofendida, conforme se observa:

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
 - II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
 - III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
 - IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.
- Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo. (BRASIL, 2006).

3.3.1. MEDIDAS PREVISTAS NO ART. 23 DA LEI 11.340/06

Segundo Cavalcante (2014, p. 126), o inciso I do art. 23, busca preservar a integridade psicológica tanto da vítima, como também de seus dependentes, “a fim de propiciar acompanhamento de sua situação, sobretudo para evitar novos atos de violência”.

Com relação aos seguintes incisos do artigo 23 (II, III, IV), como já dito anteriormente, eles guardam relação com o afastamento do agressor do lar, constante do artigo 22, inciso II da Lei 11.340/06, uma vez que sua finalidade principal é a de manter o agressor distante da vítima.

Encerrando, o art. 23, o inciso V prevê a determinação dos dependentes da vítima em instituições escolares, próximas ao seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição. A matrícula deve ocorrer independentemente da existência de vagas.

3.3.2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

No que se refere às medidas de proteção elencadas no artigo 24 da Lei Maria da Penha, a lei prevê a concessão de “medidas protetivas de cunho eminente patrimonial” (DIAS, 2018, p. 188). Para tanto, tem-se o seguinte:

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
 - II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
 - III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
 - IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.
- Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo. (BRASIL, 2006)

A primeira delas, que consta do inciso I do dispositivo legal citado, diz respeito à restituição de bens subtraídos pelo agressor. Para Cavalcante (2014, p. 126) “esta medida tem por objetivo proteger os bens particulares da ofendida ou os bens comuns do casal que porventura ficaram em poder exclusivo do agressor”.

Para Dias (2018), essa restituição corresponde tanto aos bens particulares da ofendida, quanto àqueles que integram o acervo comum do casal, já que a metade pertence a ela. Para a concessão da medida, pressupõe-se que os bens estejam na posse exclusiva do agressor, o que configura o delito de furto previsto no artigo 155 do Código Penal e, também, violência patrimonial constante do artigo 7º, IV da Lei 11.340/06.

No que diz respeito aos bens imóveis do casal, o inciso II do art. 24, intenta protegê-los ao determinar a “proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum”. Cunho e Pinto (2007) afirmam que a Lei exige o consentimento do cônjuge (outorga uxória) para a alienação do imóvel, à luz do art. 1.647, I, do CC (exceto se o regime de bens for o de separação total).

Cavalcante (2014) diz que inciso III, do art. 24 garante, para os casos de violência doméstica e familiar, “a suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor”. Como se vê, o mandato reclama uma relação de confiança entre mandante e mandatário, que no caso de violência doméstica contra a mulher evidentemente é rompida, razão pela qual a vítima pode revogar a procuração e não suspendê-la, como equivocadamente mencionou a Lei.

Nesse viés, Dias (2018) elenca:

A total confiança que as mulheres depositam em seus cônjuges ou companheiros as leva a autorizá-los a tratar “dos negócios” da família. Para isso, concedem procurações muitas vezes com plenos poderes, o que as coloca em situação de absoluta dependência à vontade do varão, que passa a ter a liberdade de fazer o que quiser. Talvez esta seja uma das mais providenciais medidas previstas na Lei Maria da Penha: a possibilidade de o juiz suspender procurações outorgadas pela ofendida ao agressor (LMP, art. 24, III). Diante de uma desavença do casal, muitas vezes surge sentimento de vingança do homem, que pode tentar desviar patrimônio, utilizando-se de tais procurações. Indispensável assim que medida urgente impeça tal agir. Assim, ao invés de a mulher revogar a procuração, o que pode sujeitá-la a algum risco, pois é necessário dar ciência ao mandatário, melhor mesmo que a revogação seja levada a efeito judicialmente, em expediente que teve início perante a autoridade policial. A revogação pode ocorrer em sede liminar, no prazo de 48 horas após a vítima ter denunciado à polícia episódio de violência. (DIAS, 2018, p. 191).

Por fim, o inciso IV do art. 24 da referida Lei, autoriza que o juiz determine que o agressor preste "caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida". O objetivo do legislador, segundo Cunha e Pinto (2007), foi de assegurar a preservação de um determinador valor, preferencialmente em dinheiro, mas que pode ser em pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida ativa, ou ainda por meio de depósito judicial realizado pelo agressor em prol da mulher agredida, que se preste como garantia para o pagamento de uma posterior indenização, como consequência do ato ilícito perpetrado.

3.3.3. GARANTIA AO TRABALHO

Outra garantia que, conforme Dias (2018, p. 197), tem natureza de medida protetiva, muito embora não conste no rol dos artigos referidos à elas, é a que consta do parágrafo 2º do artigo 9º da Lei 11.340/06, *in verbis*:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. [...]

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses. No que diz respeito à mulher servidora pública, é possível que ela seja transferida para assegurar que o agressor não possa encontrá-la em seu local de trabalho. (BRASIL, 2006).

Para Cavalcante (2014), o inciso I prevê a prioridade de remoção da mulher vítima de violência doméstica e familiar de seu local de trabalho. Visa, desse modo, possibilitar à ofendida que não seja perturbada em seu local de trabalho, o que acontece com frequência e pode prejudicá-la profissionalmente. Todavia, o dispositivo se aplica apenas e tão somente à servidora pública estadual e municipal.

O inciso II prevê a garantia de emprego à mulher vítima de violência doméstica e familiar quando seja necessário seu afastamento, segundo Bianchini (2018):

A manutenção do vínculo trabalhista a funcionárias é garantida caso seja necessário o afastamento da trabalhadora por até seis meses, não especificando o regime de trabalho, o que pressupõe que todas as mulheres com trabalho formal, quando em situação de violência, podem requerer ao juiz o afastamento para preservação de sua integridade física e psicológica. (BIANCHINI, 2018, p. 111).

Dias (2018) complementa:

O caráter protetivo da Lei Maria da Penha assegura à mulher vitimizada no ambiente doméstico uma série de garantias. Busca cercá-la de cuidados sem descuidar da necessidade que ela tem de prover o próprio sustento. Afinal, quando do rompimento familiar, por episódio de violência, precisa continuar trabalhando. Até porque, no mais das vezes, deixa a vítima de contar o auxílio do varão que, de um modo geral, é o provedor da família. Por isso, fundamental assegurar a preservação do vínculo laboral da vítima, quer trabalhe no serviço público ou na iniciativa privada. (DIAS, 2018, p. 197).

3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU PAPEL NA EFETIVIDADE

Através do texto da Lei Maria da Penha, é possível perceber a preocupação do legislador em estabelecer a criação de políticas públicas para dar efetividade à mesma. A lei, em cada um de seus artigos, está voltada para a aplicação, tanto das medidas de prevenção e à assistência das mulheres, quanto das chamadas medidas protetivas.

Para, Cunha e Pinto (2007), é dever do Estado brasileiro:

[...] adotar medidas para garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, resguardando-as de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, deve traçar políticas de prevenção, bem como investigar diligentemente qualquer violação, assegurando recursos para efetivar a finalidade desta lei. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 26).

Dias (2018, p. 249) acrescenta que a implementação de políticas públicas é imprescindível para “suprir as necessidades, social, física e psicológica das vítimas”, assim como, para prevenir o acontecimento de novos casos. Uma vez que o que se busca é a erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher. Portanto, segundo a autora, não só a implementação se faz necessária, mas também levar adiante a manutenção e a garantia de tais políticas.

No art. 3º da lei 11.340/06, é notável o dever do poder público de desenvolver as políticas públicas que possam garantir os direitos das mulheres, além de conceber as condições para o seu exercício e protegê-las da opressão e da violência:

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput. (BRASIL, 2006).

3.5. MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO E A ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Dispõe o art. 8º da Lei 11.340/06:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

Estes incisos descrevem algumas medidas integradas de prevenção à violência contra a mulher, e preveem, segundo Cunha e Pinto (2007, p. 40) “um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais”.

Ainda, o referido art. discorre sobre as medidas integradas de prevenção, abarcando a integração operacional e articulação de todos órgãos públicos, a fim de:

- a) coibir a violência contra a mulher;
- b) a promoção de estudos, pesquisas, informações e estatísticas sobre essa temática;
- c) o respeito nos meios de comunicação social;
- d) atendimento policial especializado;
- e) a promoção e a realização de campanhas educativas;
- f) capacitação permanente aos agentes públicos;
- g) inserção de conteúdos relativos aos direitos humanos nos currículos escolares em todos os níveis escolares.

Tendo em vista o disposto, vale destacar o inciso VII que diz respeito ao atendimento policial especializado. Para, Bianchini (2018),

a fim de que se possa dar à mulher em situação de violência doméstica e familiar um atendimento policial especializado, foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Suas ações devem estar voltadas para prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. (BIANCHINI, 2018, p. 93)

Sob essa ótica, vale destacar os arts. 10,10-A,11 e 12 da lei que definem as diretrizes de atendimento à mulher em situação de violência pela autoridade policial.

É de rigor que se promova treinamento especializado aos policiais que exercerão suas atividades junto a tais unidades. Que se escolham pessoas que revelem aptidão para o trato da mulher e sensibilidade para a abordagem dos problemas por ela suportados. E que se dê preferência a policiais do sexo feminino em face do constrangimento natural que se verifica cotidianamente, quando a mulher se vê

obrigada a narrar fatos incômodos (a prática de um crime contra sua liberdade sexual, por exemplo) para homens nem sempre preparados para ouvi-la. (CUNHA; PINTO, 2007, p. 45).

3.6. COMO DENUNCIAR?

O governo federal oferece os seguintes serviços de denúncia e ajuda as vítimas de violência doméstica:

- **Ligue 180**

O Ligue 180 é um serviço de utilidade pública essencial para o enfrentamento à violência contra a mulher. Além de receber denúncias de violações contra as mulheres, a central encaminha o conteúdo dos relatos aos órgãos competentes e monitora o andamento dos processos.

- **Disque 100**

O serviço pode ser considerado como “pronto socorro” dos direitos humanos e atende graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante.

- **Mensagem pelo *WhatsApp* no número (61) 99656-5008**

O serviço funciona 24 horas por dia, a ferramenta atende mulheres em situação de violência que, na maioria das vezes convivem permanentemente com seus agressores e não têm condições de fazer uma ligação ou acessar um site para denunciar.

- ***Telegram*, no canal "Direitoshumanosbrasilbot"**

Para utilizar o canal, basta apenas digitar “Direitoshumanosbrasilbot” na busca do aplicativo. A indicação “bot” é uma regra do *Telegram* para a criação de contas de serviço, após receber uma mensagem automática, o cidadão será atendido por uma pessoa da equipe.

- **Site da Ouvidoria do Ministério**

A página da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), também é responsável pelo serviço. No site está disponível o atendimento por chat e com acessibilidade para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

- **Aplicativo "Direitos Humanos Brasil"**

Também, é possível realizar denúncias de violência contra a mulher pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil, disponível para *iOS* e *Android*.

Em todas as plataformas, as denúncias são gratuitas, anônimas e recebem um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento. Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia pelo serviço, que funciona diariamente, durante 24h, incluindo sábados, domingos e feriados

Além das plataformas, existe um conjunto de instituições e serviços do Poder Público para atender as mulheres em situação de violência, assim como seus filhos: a Rede de Atendimento à Mulher. Os serviços oferecidos contemplam as áreas da justiça, saúde, segurança pública e assistência social. Cada área tem órgãos especializados em atendimentos para esse público e os não especializados, mas que fazem os devidos encaminhamentos quando necessário.

Entre os órgãos que podem ser buscados pelas mulheres em situação de violência estão: as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos Especializados no Acolhimento e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência das Defensorias Públicas, Patrulhas/Rondas Maria da Penha, Casas-Abrigo e as Casas da Mulher Brasileira, por exemplo.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho buscou analisar a Lei Maria da Penha desde o contexto que antecede a sua criação, perpassando conceitos importantes à sua aplicação e, por fim, examinando a incidência dos mecanismos de proteção e as políticas públicas que visam à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Observamos que, desde os primórdios da humanidade, a mulher é tratada de forma desigual e inferior ao homem, destinada as tarefas do lar e cuidadora de sua prole, isto é, a violência doméstica passou despercebida durante um longo tempo. Nota-se um ordenamento jurídico que desamparava as vítimas e beneficiava os agressores, punindo-os de forma branda e antipedagógica, com a prevalência primordial de impunidade a crimes cometidos cotidianamente, habitualmente aceitos pela imposição da cultura patriarcal, rejeitando direitos iguais a homens e mulheres.

Além disso, buscou descrever as circunstâncias em que a Lei 11.340/06 foi criada, contando a história de Maria da Penha Maia Fernandes, que representou um marco legal e histórico na luta das mulheres no combate à violência doméstica e familiar. Em sua busca incansável por justiça, teve papel fundamental na elaboração e promulgação da Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em sua homenagem, diante de sua persistência em punir justa e exemplarmente seu agressor.

Como visto ao longo da pesquisa, considera-se violência doméstica toda ação ou omissão que prejudica o outro infringindo a sua liberdade. Além da conceituação, o trabalho também buscou definir melhor cada uma das formas de agressão que podem ser experimentadas pelas vítimas de violência doméstica. São elas a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral.

Neste viés, constata-se que para caracterização de violência doméstica existe a necessidade de que a ação ou omissão seja perpetrada no âmbito doméstico e familiar, ou então em razão de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, pouco importando a coabitação, além disso, também buscou descrever acerca dos sujeitos, ativo e passivo.

Destarte, trouxe dados acerca da situação da violência contra a mulher em tempos de pandemia, pela Covid-19, o que acabou por ilustrar a presente pesquisa e apontar para uma situação de agravamento da mencionada violência no país.

A pesquisa buscou também discorrer sobre os mecanismos de proteção da Lei 11.340/06. Explorou as medidas protetivas de urgência: tanto as medidas que obrigam o agressor, quanto as medidas protetivas à ofendida e seus aspectos gerais, como por exemplo o caráter de urgência das mesmas.

No tocante, as medidas que obrigam o agressor, conclui-se que elas exigem alguma conduta comissiva ou omissiva por parte do agressor visando o bem-estar e a segurança da vítima. Nota-se que medidas como a "suspensão da posse ou restrição do porte de armas" e o "afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência" buscam coibir o agravamento da situação de violência a que a vítima se encontra submetida. A "proibição de contato (com a vítima, seus familiares e testemunhas) e de frequência de determinados lugares" além do objetivo acima citado, diz respeito, mais especificamente, à intimidação e ameaças, ou seja, à violência psicológica. A "restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores" foi dirigida especialmente àqueles casos em que a agressão é direcionada aos filhos, e a "prestação de alimentos", além de ser um direito derivado do dever de mútua assistência e do poder familiar, tem o intuito de prover o sustento da pessoa necessitada (seja a mulher, sejam os filhos), no curso da ação relacionada à violência doméstica e familiar. Já, as medidas, como "comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação" e "acompanhamento psicossocial do agressor", são medidas acrescentadas recentemente ao rol que têm a finalidade de evitar que o agressor volte a praticar violência contra a mulher.

Com relação às medidas protetivas de urgência à ofendida, dizem respeito:

- a) à inclusão da vítima em programas de assistência e proteção, o que visa à proteção da sua integridade, bem como a sua recuperação após o episódio de violência;
- b) à medidas relacionadas a separação entre agressor e vítima, com o intuito de assegurar à ofendida direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- c) resguardam os bens da mulher, tendo em vista a proteção patrimonial, o que inclui a restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor, proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda, suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor, prestação de caução provisória por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar.

Esses mecanismos são fundamentais para se garantir o que almeja o art. 2º da Lei 11.340/06 (BRASIL, 2006), isto é, assegurar à mulher "as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social".

Por fim, a presente pesquisa busca demonstrar a importância das políticas públicas da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência contra a mulher. Para tanto, discorreu acerca das medidas integradas de prevenção e de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, através de um prisma acerca dos centros de atendimento às vítimas de violência doméstica, ambos voltados ao atendimento especializado, por parte dos agentes públicos, às mulheres vítimas de violência doméstica.

Para encerrar, concluímos que a máxima "Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" é coisa do passado, qualquer pessoa pode fazer uma denúncia pelos canais de atendimento, já que é totalmente gratuito e preserva o anonimato dos denunciantes. Nenhuma mulher deve enfrentar esse problema sozinha e toda a sociedade é responsável pelas mulheres em situação de violência.

Faça sua parte, em briga de marido e mulher a gente salva a mulher!

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história, a história da mulher**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2004.

ALVES, Damares. Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020; pandemia é fator. [Entrevista concedida a] Alexandre Martello. **Portal G1**, Brasília, 07 de março de 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

ALVES, Damares. Ministério celebra lei que obriga comparecimento de agressor de mulher a programa de recuperação. [Nota em] **Governo Federal**, 2000. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/ministerio-celebra-lei-que-obriga-comparecimento-de-agressor-de-mulher-a-programa-de-recuperacao>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência psicológica doméstica: vozes da juventude**. São Paulo: Lacri - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001. Disponível em: <<http://www.recriaprojetos.com.br/wp-content/uploads/2018/03/violencia-psicologica-domestica-vozes-da-juventude-pt.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

BERLY, Carolyn. Contra la violencia: una lucha permanente. In: **Seminario Sobre La Mujer Agredida**, 1982, San José.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha, Lei N.º 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e Contemporaneidade. **Rev. Katál**. Florianópolis. v.11, n.2, p.204-213, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802008000200006>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

BRASIL. **Constituição – Carta Magna (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

_____. **Lei Maria da Penha - Lei N.º 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2021

_____. **Lei N.º 12.845**, de 1 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12845-1-agosto-2013-776663-publicacaooriginal-140646-pl.html>>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

BUENO, Samira. et al. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Data Folha. 3. ed. 2021. Disponível em: <

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em 02 de junho de 2021.

CAVALCANTE, Elaine Cristina Monteiro. Apontamentos sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. **Cadernos Jurídicos**. São Paulo, ano 15, n.38, p.113-132, Janeiro-Abril/2014. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/38vd%2009.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2021.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar Convenção Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar a Violência contra a Mulher violência contra a Mulher. **Convenção de Belém do Pará**. 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

_____. **Relatório anual 2000 Maria Fernandes Maia Brasil, Caso 12.051**. 2001. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Editora das Américas, 1961. 447f. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Fustel%20de%20Coulanges-1.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: Lei Maria da Penha**. (Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

_____. **Conversando sobre Justiça e os crimes contra as mulheres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado E.d., 2004.

_____. **Manual de Direito das Famílias**, 14. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

GONÇALVES, Maria Regina Rodrigues. **A terapia de família no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher: uma abordagem interdisciplinar**. Tese (Especialização em Terapia da Família) – Instituto a Vez do Mestre – Universidade Candido Mendes. Niterói, 37f. 2009. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/n203062.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2021.

OBSERVATÓRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA. Quadro comparativo. Sem data. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/lei_aspectos>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial da Saúde:** trabalhando juntos pela saúde. Genebra: OMS. Trad. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/50386959/Conceito-de-violencia-pela-OMS>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

SEIXAS, Maria Rita D'Angelo; DIAS, Maria Luiza (Org.). **A violência doméstica e a cultura da paz.** 1. ed. São Paulo: Santos, 2013.

SILVA, Artenira da Silva e; BARBOSA, Gabriella Sousa da Silva. Política criminal e lei maria da penha: o deferimento do comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação como a principal medida protetiva de urgência. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, Brasília, v.3, n.1, p.78–97, Jan/Jun. 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/1799>>. Acesso em 23 de maio de 2021.